

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO (ONGDs) E A INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES
DOS PALOP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: O CASO DA SER
MAIS VALIA**

PATRÍCIA ALEXANDRA HENRIQUE SÃO JOSÉ

SETEMBRO – 2022

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO (ONGDs) E A INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES
DOS PALOP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: O CASO DA SER
MAIS VALIA**

PATRÍCIA ALEXANDRA HENRIQUE SÃO JOSÉ

ORIENTAÇÃO:

ANA LOPES (SER MAIS VALIA)
LUÍS MAH (ISEG)

SETEMBRO – 2022

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada,
Mãe e Pai, pelo carinho, apoio e incentivo para que dê o melhor de mim,
Constança e Afonso, por partilharmos cada passo lado a lado,
Todos os meus amigos e família, por me ouvirem e acreditarem em mim,
Anna, pela partilha de conhecimentos, desafios e conquistas,
Mariana C., Mariana S., Vasco, Ana Luiza, Rafaela e Patrícia, pelo companheirismo durante os nossos dois anos de mestrado.

Um especial agradecimento,
A todos/as professores/as pelos conhecimentos transmitidos ao longo do meu percurso académico e, principalmente, ao meu orientador professor Luís Mah, que me ouviu e apoiou durante a realização deste relatório.

À ONGD Ser Mais Valia, em particular, à Ana Lopes, à Maria Helena Coelho e à Clara Oliveira, que me receberam de braços abertos e me proporcionaram uma oportunidade única de aprendizagem.

RESUMO

Todos os anos, as universidades e os politécnicos portugueses recebem inúmeros estudantes internacionais, apresentando, Portugal, uma população estudantil progressivamente mais heterogénea do ponto de vista étnico, cultural e linguístico. Assim, os acordos de cooperação entre Portugal e os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) afiguram-se como sendo de extrema relevância, já que facilitam o acesso ao ensino superior (ES) a estes cidadãos. No âmbito dos acordos existentes, conclui-se que é, ainda, imperativo continuar a criar estratégias e mecanismos de apoio que facilitem a adaptação de estudantes estrangeiros, particularmente originários dos PALOP, a Portugal.

Partindo da realização de um estágio na organização não-governamental para o desenvolvimento (ONGD) Ser Mais Valia (SMV), o presente relatório, para além de descrever as atividades realizadas no decurso do mesmo, estuda a integração social, cultural e académica de estudantes provenientes dos PALOP no ES português e relaciona esta temática com a educação inclusiva proposta na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento, ONGD, ODS, PALOP, integração, ES.

ABSTRACT

Every year, Portuguese universities and polytechnics receive countless international students. Therefore, Portugal has an increasingly heterogeneous student population from ethnic, cultural and linguistic diversity. Thus, the current cooperation agreements between Portugal and the Portuguese-Speaking Countries (PALOP) are extremely important, as they facilitate the access to higher education (HE) to citizens of these countries. In the context of the aforementioned agreements, we conclude that it is imperative to continue creating strategies and assistance mechanisms to facilitate the adaptation of foreign students in Portugal, particularly students from PALOP countries.

Starting from the completion of an internship in the non-governmental organization for development (NGDO) Ser Mais Valia (SMV), this report, in addition to describing the activities carried out during the course of this internship, studies the social, cultural and academic integration of PALOP students in the Portuguese HE and relates this theme with the inclusive education approach proposed in the 2030 Agenda for Sustainable Development.

Keywords: development, NGDO, SDG, PALOP, integration, HE.

LISTA DE ABREVIATURAS

AJOLF - Associação de Jovens na Luta pelo Futuro

CAD/OCDE - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

DGEEG – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

ES – Ensino Superior

GRI – *Global Reporting Initiative*

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

MDCI – Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não-governamental

ONGD – Organização Não-governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC - Organização da Sociedade Civil

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

RH – Recursos Humanos

SMV – Ser Mais Valia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WBCDS - *World Business Council for Sustainable Development*

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. A ajuda ao desenvolvimento.....	3
2.1. Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs).....	4
2.1.1. O impacto da ajuda das Organizações Não-Governamentais (ONGDs) no mundo do desenvolvimento	5
3. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	8
3.1. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”	9
3.2. O contributo das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs) para a educação e para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4.....	11
4. Estudantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa no Ensino Superior português.....	13
5. Ser Mais Valia - Associação de Voluntariado para a Cidadania e Desenvolvimento.....	16
5.1. Projetos.....	18
5.1.1. Projetos Nacionais	18
5.1.1.1. <i>Mentoring</i> Ser Mais Valia	18
5.1.1.2. Bairro em Movimento	19
5.1.2. Projetos Internacionais – Missões.....	20
6. Estágio	22
6.1. Atividades Desenvolvidas.....	22
6.2. A importância do projeto “ <i>Mentoring</i> Ser Mais Valia”	25
6.3. A contribuição da Ser Mais Valia para a Agenda 2030.....	28
7. Conclusão	30
Referências	32
Anexos.....	38

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Progresso de cada país em relação ao ODS 4.....	10
--	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I - Estudantes inscritos em situação de mobilidade de grau, por país de obtenção do diploma do ensino secundário e por ano letivo, em Portugal.....	13
Tabela II - Evolução dos RH envolvidos no projeto “ <i>Mentoring Ser Mais Valia</i> ”, por ano letivo.....	28

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho final de mestrado, elaborado no formato de Relatório de Estágio, foi concretizado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (MDCI) no ISEG – *Lisbon School of Economics & Management*, da Universidade de Lisboa. Este relatório resulta da realização de um estágio na Ser Mais Valia – Associação de Voluntariado para a Cidadania e Desenvolvimento, entre fevereiro e junho de 2022. No decorrer deste período, fui introduzida no grupo de projetos da associação, em particular, no projeto “*Mentoring Ser Mais Valia*” destinado à integração, social, cultural e académica, de estudantes estrangeiros, particularmente, originários dos PALOP no ES português. Este projeto está, especialmente, alinhado com a educação inclusiva proposta pelo Marco de Ação de Educação 2030, estrutura de referência para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹.

Segundo os dados da DGEEC (2022), Portugal recebe, desde 2019/2020, mais de 40.000 estudantes internacionais no ES, por ano letivo, sendo que mais de 30% destes estudantes são provenientes dos PALOP, muito em parte, devido aos acordos de cooperação estabelecidos entre Portugal e os PALOP. Naturalmente, a mudança para outro país envolve um processo de adaptação social e cultural e, neste caso específico, exige, simultaneamente, uma adaptação ao meio académico. Embora se perceçione um processo de adaptação facilitado para estes estudantes, devido à partilha de laços linguísticos e culturais entre Portugal e os PALOP, o mesmo não acontece, pelo contrário. O fraco domínio da língua portuguesa, a inadequada formação anterior e a falta de apoio financeiro são algumas das complicações com que os estudantes se deparam (Pires, 2000; Wilks & Neto, 2016).

Assim, mais do que citar as atividades desenvolvidas, depreendeu-se que seria proveitoso centrar o objetivo da realização do corrente relatório no aproveitamento da experiência obtida durante a realização do estágio e compreender que tipo de apoios existem para os estudantes oriundos dos PALOP em Portugal, que motivos conduziram a SMV a conceber o projeto “*Mentoring*” e, em que modos, o projeto contribui para a integração dos estudantes e para o alcance do ODS 4.

¹ODS 4 - “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ODS, 2022).

Em suma, este relatório está estruturado em cinco capítulos: o primeiro capítulo esclarece o conceito de ajuda ao desenvolvimento e reflete a importância das organizações não-governamentais (ONG) e ONGDs no mundo da cooperação para o desenvolvimento; o segundo capítulo introduz a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando o ODS 4; o terceiro capítulo clarifica as motivações e dificuldades dos estudantes oriundos dos PALOP no ES português; o quarto capítulo apresenta a organização na qual decorreu o estágio e os principais projetos desenvolvidos pela mesma; o quinto e último capítulo reporta as atividades executadas ao longo do estágio e expõe um olhar crítico em relação à falta de apoios que os estudantes originários dos PALOP sentem em Portugal, especialmente, no ES, e à ajuda ao desenvolvimento prestada pela SMV, nomeadamente para o alcance dos ODS.

2. A AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos últimos sessenta anos, a ajuda e cooperação entre países tem persistido. De acordo com Riddell (2007) e Bartenev & Glazunova (2013: 63), a ajuda externa, é definida como uma “transferência voluntária de recursos de doadores para beneficiários sob a forma de bens, competências, *know-how*, subvenções e créditos” e está presente, fundamentalmente, em “três mundos de ajuda: o mundo da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), o mundo da ajuda ao desenvolvimento prestada por organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs), e o mundo da ajuda humanitária e de emergência” (Riddell, 2007: 8). No que concerne o âmbito deste relatório, aprofunda-se a ajuda ao desenvolvimento promovida pelo mundo das ONGs e OSCs. Ainda assim, dado que as ONGs também beneficiam de financiamento público, é importante esclarecer o conceito de APD, isto é, a ajuda concedida, sob a forma de subvenções e empréstimos, pelos governos e agências inter-governamentais aos países de rendimento mais baixo, que constam na lista de beneficiários de APD do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD/OCDE²), e às agências multilaterais (Bartenev & Glazunova, 2013; Riddell, 2007).

Mas, afinal, o que é o desenvolvimento e como se pode caracterizar a ajuda ao desenvolvimento? Cada vez mais autores estudam o desenvolvimento e apresentam diferentes visões sobre o seu conceito, mas todos eles concordam com uma determinada particularidade: o desenvolvimento é um processo extremamente complexo e, conseqüentemente, difícil de definir. Por isso, ao longo do relatório, adoto a definição de desenvolvimento de Bartenev & Glazunova (2013: 64), que o descreve como “um processo de melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas”. Deste modo, torna-se mais simples compreender o propósito da ajuda ao desenvolvimento, visto que este tipo de ajuda externa, segundo o CAD, opera com o objetivo de promover o desenvolvimento e aumentar a riqueza dos países de rendimento mais baixo (Bartenev & Glazunova, 2013; Riddell, 2007). Saliente-se que, com o aparecimento das ONGs e OSCs no mundo do desenvolvimento na década de 1970, a ajuda ao desenvolvimento, provida principalmente por ONGs, passou a ter potencial para ser canalizada diretamente para pessoas e comunidades desfavorecidas, contrariamente à ajuda

²O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento é um fórum internacional de doadores de ajuda que está inserido na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (OCDE, 2022).

prestada pelos governos dos países doadores, que na sua maioria, se destina aos governos, ministérios e agências dos países de rendimento mais baixo (Riddell, 2007).

2.1. Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs)

Presentemente, ainda não existe nenhuma definição universal de ‘organização não-governamental’ (Fowler, 2012; Wegner, 1993). Aliás, Banks & Hulme (2012) afirmam que as ONGs são, muitas vezes, descritas por aquilo que elas não são, em vez de por aquilo que realmente são. Por exemplo, Beyer (2007), Vakil (1997) e Abiddin et al (2022) indicam que as ONGs apresentam determinadas características em comum, ao serem não estatais, não violentas e sem fins lucrativos. Similarmente, as ONGDs carecem de uma definição unânime na literatura, não existindo tampouco uma definição clara que distinga ONGs de ONGDs (Fowler, 2012). Desta forma, durante este relatório, quer o termo ONGs, quer o termo ONGDs, referem-se a organizações não-governamentais que atuam no ramo do desenvolvimento.

As ONGDs surgem, assim, como alternativas desejáveis de ajuda ao desenvolvimento no final da década de 1970. De acordo com Murray & Overton (2011), citados em Banks & Hulme (2012), durante este período, a reforma estrutural, resultante da ascendência do neoliberalismo, provocou um ajustamento estrutural nas políticas de ajuda, passando o mercado a assumir o centro das estratégias de desenvolvimento, substituindo o Estado. Como resultado, em virtude do compromisso já assumido pelas ONGDs em trabalhar com as comunidades mais pobres e sendo já conhecidas pelo seu papel como inovadoras de novas tecnologias, estas organizações ganharam espaço no mundo do desenvolvimento (Gill, 1997, referido em Banks & Hulme, 2012; Barr et al 2005, citados em Banks & Hulme, 2012; Lewis, 2005, referido em Banks & Hulme, 2012; Murray & Overton, 2011, citados em Banks & Hulme, 2012; Riddell, 2007).

Desde então, não obstante de todas as mudanças que têm ocorrido nos programas de ajustamento estrutural, o número de ONGDs continua a multiplicar-se e as suas atividades abrangem progressivamente mais áreas (Banks & Hulme, 2012; Edwards & Hulme, 1996; Riddell, 2007). Aliás, em pleno século XXI, os **governos dos países de rendimento mais baixo**, bem como os múltiplos doadores oficiais recorrem cada vez mais aos serviços prestados pelas ONGDs (Riddell, 2007).

2.1.1. O impacto da ajuda das Organizações Não-Governamentais (ONGDs) no mundo do desenvolvimento

Independentemente de se ter noção que o número de ONGDs tem vindo a crescer nos últimos anos, ainda é incerto quantas existem na atualidade (Fowler, 2012). De facto, como Riddell (2007) aludiu e se refletiu durante a redação do presente relatório, é, particularmente difícil, obter dados e informações sobre ONGDs, o que limita, naturalmente, a formulação de pareceres sobre o impacto da ajuda ao desenvolvimento provida por ONGDs. Todavia, nos últimos anos, cada vez mais ONGDs têm adotado a boa-prática de realizar e publicar relatórios de atividades e de prestação de contas (Riddell, 2007; Banks & Hulme, 2012). Por isso, tendo por base, precisamente, as atividades executadas por estas organizações, analisa-se o contributo das ONGDs para o desenvolvimento.

Tipicamente, as ONGDs aproveitam os fundos de ajuda ao desenvolvimento num diversificado leque de atividades: i) prestação de serviços (como ensino e saúde), ii) advocacia, *lobbying* e campanhas e iii) em torno do fortalecimento da capacidade das comunidades - ou seja, ajudando as comunidades a ganharem “voz” e permitindo-lhes ter um maior controlo sobre as suas vidas - (Abiddin et al, 2022; Baccaro, 2001; Banks & Hulme, 2012; Riddell, 2007).

Baccaro (2001), Edwards & Hulme (1996) e Fowler (2012) mencionam que as ONGDs dependem dos fundos dos seus doadores para prosseguirem a sua atividade. Evidentemente, é necessário alinhar os projetos de desenvolvimento das ONGDs com os interesses e prioridades dos doadores, o que compromete a autonomia e legitimidade destas organizações e afeta negativamente os seus projetos, colocando em causa o seu compromisso em trabalhar com as comunidades mais desfavorecidas (Baccaro, 2001; Fowler, 2012).

A capacidade de inovação das atividades das ONGs está relacionada com a eficácia das mesmas (Drabek, 1987, referido em Banks & Hulme, 2012). Embora a capacidade de inovar seja vista como uma qualidade, de acordo com Banks & Hulme (2012), é condicionada por uma série de fatores internos e externos: a expansão de atividades, que leva a que as ONGs se tornem “burocracias sem resposta” (Banks & Hulme, 2012: 18); e a dependência do financiamento de doadores, que provoca o receio de perderem financiamento ao experimentarem atividades inovadoras, bem como as

torna menos predispostas a inovar na luta contra as condições mais difíceis e estruturais da pobreza (Koch et al, 2009).

Ainda que sejam alvos de constantes críticas em relação à sua eficácia, legitimidade, inovação, prestação de contas e transparência, como Edwards (2005, citado em Riddell, 2007: 307) afirma se se “perguntar se o mundo do desenvolvimento seria um lugar melhor sem os esforços de desenvolvimento das ONGs, a resposta seria certamente "não"”.

Decerto, as ONGDs têm desempenhado um papel significativo nos **países de rendimento mais baixo**, particularmente, no que diz respeito às atividades de prestação de serviços. Baccaro (2001) e Riddell (2007) ressaltam que, em muitos casos, as ONGDs substituem o Estado, providenciando serviços de educação, cuidados de saúde (incluindo vacinação), água limpa, entre outros. Por exemplo, em Moçambique, cerca de 41% das ONGs nacionais atuam no ramo da saúde e 28% no setor da educação (JOINT, 2022).

No que concerne às atividades de advocacia, *lobbying* e campanhas, as ONGDs têm sido, na grande maioria da sua atuação, bem-sucedidas no que toca a levantar questões críticas para a agenda política e a manter o interesse público vivo e focalizado (Riddell, 2007). Com efeito, trago como exemplo, a cooperação entre as ONGDs e os governos municipais no Chile, já em 1973, após o golpe militar que assolou aquele país (Baccaro, 2001; Beyer, 2007; Riddell, 2007).

Para Abiddin et al (2022: 4), as ONGDs são fundamentais no que respeita ao desenvolvimento de comunidades, “ajudando as comunidades a desenvolver os seus recursos sociais, capitais e humanos; melhorando o conhecimento e as competências; encorajando as pessoas a participar em atividades; e atuando como elo de ligação entre comunidades e sistemas”. Porém, Riddell (2007) assinala que, embora haja alguma certeza de que estas atividades impactem o desenvolvimento, as provas dadas ainda não são suficientes. Mas, o trabalho próximo destas comunidades não passa despercebido, pois Beyer (2007: 522) declara que, tendo a confiança das comunidades, as ONGDs se tornam peritas em saber como “trabalhar com os indivíduos mais pobres que se encontram frequentemente em locais remotos longe da ajuda governamental “.

Com os exemplos apresentados, não se pretende afirmar que todas as ONGDs são bem-sucedidas e que têm um grande impacto no desenvolvimento. Mas, tal como

existem ONGDs fracas e que pouco contribuem para o desenvolvimento, também existem ONGDs que obtêm resultados impressionantes (Riddell, 2007).

3. A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No final da década de 1980, iniciou-se um novo paradigma no discurso do desenvolvimento. Além das preocupações económicas, existiam também as preocupações ambientais, como o aquecimento global, a desertificação e outras, bem como as preocupações sociais, por exemplo, a fome, o comprometimento dos direitos humanos, entre outras (Brundtland, 1987). Deste modo, surgiu um novo termo no mundo do desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, isto é, “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987: 41).

Assim, tendo em vista minimizar as preocupações sinalizadas, os 147 dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, em 2000, adotaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Os 8 objetivos estabelecidos visavam, de igual modo, diminuir a pobreza extrema em diversas dimensões: pobreza de rendimentos, fome, doenças, falta de abrigo adequado e exclusão, e promover a educação, a saúde, a igualdade de género e a sustentabilidade ambiental, com metas quantitativas estabelecidas para o ano 2015 (Sachs & McArthur, 2005; Sachs, 2012). Todavia, embora os ODM tenham desempenhado um papel importante na luta contra a pobreza a nível mundial durante os 15 anos em que foram adotados, as alterações climáticas e outros males ambientais graves tornavam-se também uma preocupação constante (Sachs, 2012).

Por isso, a 25 de setembro de 2015, os Estados Membros das Nações Unidas adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um compromisso global e universal que providencia um plano de ação dedicado às pessoas, ao planeta, à prosperidade e à paz. Para alcançá-lo, é imprescindível que se unam esforços, pelo que todos os países e *stakeholders*, i.e., “Organizações internacionais, políticos nacionais, cidades, empresas, administrações públicas, escolas, grupos de jovens, organizações não-governamentais, organizações filantrópicas, grupos de voluntários e outros” (SOLIDAR, 2019: 4) devem trabalhar numa parceria global (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015).

A Agenda 2030 engloba 17 ODS e 169 metas que definem as prioridades e aspirações a atingir até 2030. Por sua vez, as prioridades e aspirações abarcam um vasto leque de tópicos interrelacionados: a pobreza, a fome, a saúde, a educação, o

aquecimento global, a igualdade de género, a água, o saneamento, a energia, a urbanização, o ambiente e a justiça social (ODS, 2022; SDG Compass, 2022; SOLIDAR, 2019).

Considerando o âmbito deste relatório e do estágio em análise, foco-me no tópico da educação e, por conseguinte, no ODS 4.

3.1. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”

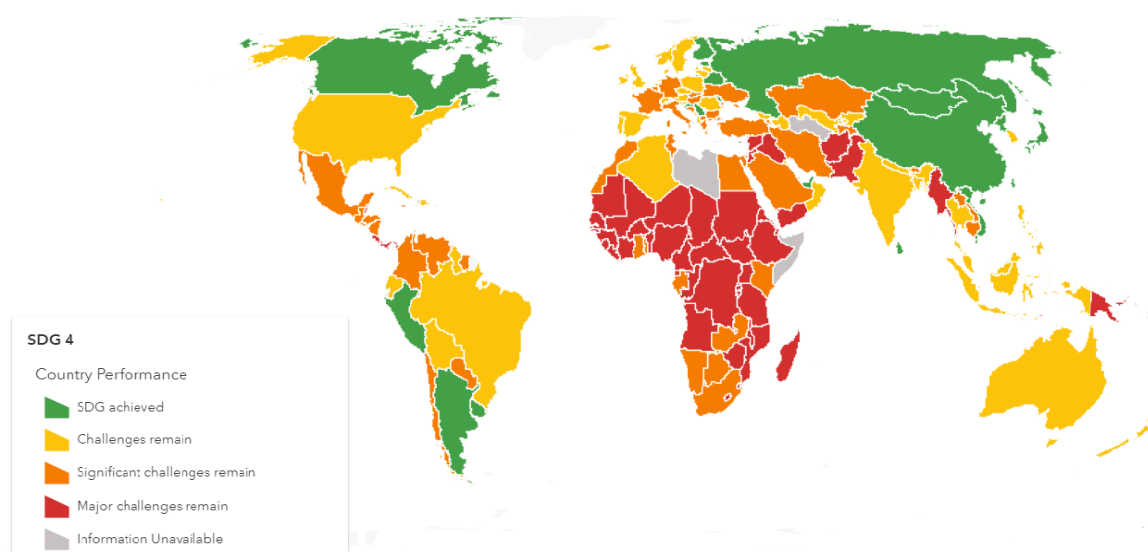
Para o *Global Reporting Initiative* (GRI), Pacto Global da ONU & *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) (2015), a educação é um direito imprescindível ao desenvolvimento sustentável. Para a UNESCO (2016), a educação é crucial na perseguição de todos os ODS. De facto, a educação desempenha um papel fundamental no que diz respeito ao empoderamento de mulheres, ao combate das alterações climáticas, ao acesso à saúde pública, ao crescimento económico e à luta pela diminuição das desigualdades e pelo término da pobreza extrema (Antoninis et al, 2016; GRI, Pacto Global da ONU & WBCSD, 2015).

Assim, o ODS 4 foca-se no “aumento e expansão do acesso, inclusão e equidade, qualidade e resultados de aprendizagem a todos os níveis, no âmbito de uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida” (UNESCO, 2016: 25) e defende, especialmente, que “Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça, cor, etnicidade, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, pobreza ou nascimento, bem como as pessoas com deficiência, migrantes, grupos indígenas, crianças e jovens” devem ter direito à educação (UNESCO, 2016: 25).

Com vista à obtenção do ODS 4, constituiu-se, em 2015, a Declaração de Incheon, que caracteriza o papel da educação como motor de desenvolvimento e estabelece as linhas-base do que viria a ser o Marco de Ação da Educação 2030, um plano que fornece orientações para a implementação da Educação 2030. Este Marco assinala o comprometimento de 184 Estados Membros e da comunidade educacional para com a Educação 2030 e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 (UNESCO, 2016).

De acordo com o Marco de Ação da Educação 2030 (UNESCO, 2016), os sistemas educacionais têm um papel preponderante na educação inclusiva, dado que devem alcançar, envolver e reter os cidadãos presentemente excluídos ou que estão sob risco de serem marginalizados. Perante as barreiras sociais, culturais e económicas que impedem o acesso à educação a milhares de pessoas, este recomenda a implementação de políticas e estratégias baseadas em evidências com vista a combater a exclusão presentemente observada, como é o caso da eliminação das barreiras de custos, da efetivação de políticas linguísticas e da monitorização da marginalização na educação, através de metas, criadas para o efeito, que visam reduzir a desigualdade (UNESCO, 2016).

A monitorização e acompanhamento do progresso dos ODS é realizada pela Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Particularmente, no ODS 4, grande parte do mundo ainda não alcançou as metas propostas pelo ODS 4,



sendo que a região da África Subsaariana ainda é aquela que mais tem de progredir (Figura 1).

Figura 1 - Progresso de cada país em relação ao ODS 4

Fonte: SDG Index 2022 Portfolio (2022) [Acesso em: 2022/07/23].

3.2. O contributo das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs) para a educação e para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4

Como apontado pelas ONU (2022a; 2022b), as ONGDs desempenham um papel fundamental na prossecução da Agenda 2030, especialmente na esfera da educação. Em Portugal, cerca de 80% das ONGDs inscritas na Plataforma Portuguesa das ONGDs desenvolve atividades neste ramo (Plataforma Portuguesa das ONGDs, 2022). Tendo já comprovado que os seus programas de educação contribuem, efetivamente, para o desenvolvimento e formação de recursos humanos, as ONGs revelam ser necessárias no mundo do desenvolvimento (Symaco, 2016). Atualmente, além de apresentarem uma oferta educativa que chega até às populações excluídas dos sistemas de educação governamental, como crianças de rua ou refugiados, estas organizações procuram influenciar políticas de educação e desenvolver programas de literacia, alfabetização e educação de adultos (Rose, 2009; Symaco, 2016; UNESCO, 2021).

Segundo o último relatório da UNESCO (2021), que analisa a participação de organizações não estatais no setor da educação, de momento, as ONGs e as escolas comunitárias proporcionam programas de educação a centenas de milhares de crianças e adultos em 74 dos 196 países, focando-se nas populações mais marginalizadas, particularmente presentes na África Subsariana e na Ásia Oriental e do Sudoeste. Este apoio educacional é tanto provido ao nível do ensino primário, como ao nível do ensino secundário. Por exemplo, no Zimbabué, 22% das escolas primárias e 27% das escolas secundárias pertencem a ONGs (UNESCO, 2021).

Perante as metas estabelecidas ao longo dos tempos no setor da educação, primeiramente, no âmbito da iniciativa “Educação para Todos”³ e, presentemente, dispostas pelo Marco de Ação da Educação 2030, as ONGs reconhecem que a sua presença, nesta esfera, requer uma participação ativa no processo das políticas de educação (Miller-Grandvaux et al, 2002). Deste modo, têm batalhado não só por melhorias no acesso e na qualidade da educação, como também pela reformulação das políticas governamentais, de forma a que estas assegurem o sucesso e a sustentabilidade das suas intervenções (Gali & Schechter, 2020; Miller-Grandvaux et al, 2002).

³A “Educação para Todos” foi uma iniciativa internacional, lançada em 1990, que tinha como principal objetivo levar a educação até todos os cidadãos (Banco Mundial, 2014).

Complementarmente, as ONGs têm pressionado os governos para que estes implementem, efetivamente, o que foi planejado (Miller-Grandvaux et al, 2002).

Conforme citado em Hoff & Hickling-Hudson (2011), Hall (1997) e Merriam & Brockett (1997) alegam que a educação de adultos é essencial para que existam mudanças sociais que levem, conseqüentemente, a mudanças estruturais em prol do desenvolvimento socioeconômico. Segundo a UNESCO (2021), os governos confiam, repetidamente, nos programas de alfabetização e literacia de adultos, proporcionados pelas ONGs. Por sua vez, estes programas exploram “abordagens de aprendizagem que podem promover compreensão, competências e ações em áreas como a saúde, o empoderamento das mulheres e o ambiente” (UNESCO, 2021: 198), temáticas que devem ser incluídas nos currículos, precisamente pela sua presença, particularmente, notória nos países de rendimento mais baixo.

Em suma, os esforços das ONGs para alcançar o ODS 4 têm sido inúmeros, tocando, como já referido, em vários níveis de educação: o ensino primário, o ensino secundário e a educação dirigida a adultos. Contudo, no respeitante ao ES, até ao momento, a literatura apenas nomeia a temática de atribuição de bolsas de estudo, por parte das ONGs, aos estudantes, para que estes possam prosseguir os seus estudos neste nível (UNESCO, 2021).

4. ESTUDANTES DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Desde 1975 que a internacionalização do ES tem estado em constante crescimento em Portugal (Pinto & Matias, 2018). Enquanto no ano letivo 2015/2016, estavam inscritos apenas 18.186 estudantes internacionais no ES português, em 2021/2022, o ensino terciário português alcançava 46.793 estudantes internacionais, o que significa, que num período de sete anos, o número de estudantes internacionais, em Portugal, mais do que duplicou. Destaca-se, que dos 46.793 estudantes internacionais inscritos no ES português em 2021/2022, cerca de 37% dos estudantes eram originários dos PALOP, percentagem que tem vindo a aumentar ao longo dos tempos (DGEEC, 2022).

Tabela I - Estudantes inscritos em situação de mobilidade de grau, por país de obtenção do diploma do ensino secundário e por ano letivo, em Portugal

Ano Letivo	2015/	2016/	2017/	2018/	2019/	2020/	2021/
Países	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Angola	2.761	2.916	3.210	3.246	3.600	3.552	3.914
Cabo Verde	2.190	2.267	2.608	3.338	4.635	5.349	5.020
Guiné-Bissau	321	384	613	1.484	3.751	4.730	5.944
Moçambique	691	751	871	996	1.255	1.545	1.917
São Tomé e Príncipe	473	661	942	954	1.011	980	908
PALOP	6.436	6.979	8.244	10.018	14.252	16.156	17.703
Total de Estudantes Estrangeiros	18.186	20.755	26.228	33.793	41.978	44.831	46.793

Fonte: DGEEC (2022) [Acesso em: 2022/07/04]

Lucas et al (2014), Mourato (2011) e Pacheco (1996), referidos em Wilks & Neto (2016), e Pessoa (2004) defendem que as ligações culturais e históricas entre Portugal e os PALOP, o conhecimento da língua portuguesa, a presença de familiares ou amigos com residência em Portugal e os acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP nas áreas da cultura e da educação, que possibilitam a obtenção de bolsas de

estudo, são alguns dos motivos que atraem os estudantes provenientes dos PALOP para ingressar no ES português. Simultaneamente, a falta de condições de acesso ao ensino terciário nos seus países, a pouca oferta de cursos em áreas especializadas e o desejo de conhecer e estudar na Europa também contribuem para a escolha de ingressar no ES fora do seu país (Pacheco, 2000; Pires, 2000).

A frequência do ES noutra país implica, evidentemente, um processo de adaptação cultural e social, paralelo à adaptação à vida académica. Não obstante os laços e língua partilhados entre os PALOP e Portugal, este processo não se torna mais simples para os estudantes dos PALOP (Duque, 2012). Estudos de Doutor & Alves (2020), Duque (2012), Pinto & Matias (2018), Pacheco (2000), Pires (2000) e Wilks & Neto (2016) exploram as variadas dificuldades sentidas por este grupo de estudantes no ES português, revelando que o fraco domínio da língua portuguesa por parte destes estudantes condiciona o seu desempenho académico, a sua inclusão social e a sua adaptação ao novo meio; as lacunas derivadas da sua formação anterior, bem como a desarticulação entre o sistema de ensino secundário destes países e o sistema do ES em Portugal prejudicam o seu aproveitamento académico, podendo, ainda, provocar o desenvolvimento de sentimentos de frustração relativamente aos seus conhecimentos e de questionamento das próprias capacidades; a ausência de estruturas de apoio que, muitas vezes, se reproduzem em sentimentos de desorientação; e, por último, a carência de apoio financeiro que conduz inúmeros estudantes a optar por trabalhar em simultâneo com os estudos.

Assim, Wilks & Neto (2016), Lucas et al (2014), Pinto & Matias (2018) e Pires (2000) defendem que devem ser delineados planos de internacionalização de educação que vão além dos acordos de cooperação entre países, que apenas oferecem bolsas de estudo para a frequência de cursos de licenciatura, de pós-graduações, mestrados e doutoramentos, em instituições portuguesas (IPAD⁴, 2010). É urgente compreender as necessidades académicas e sociais dos estudantes oriundos dos PALOP e criar estratégias que facilitem a sua integração social e cultural, bem como a sua adaptação ao meio académico.

⁴Em 2012, o antigo IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, fundiu-se com o Instituto Camões e juntos deram origem ao atual Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, um instituto público pertencente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que promove a língua e a cultura portuguesa (Camões, 2022a; Camões, 2022b).

De facto, inclusive, o Marco de Ação da Educação 2030 sugere estratégias para lidar com estas mesmas barreiras sociais, culturais e económicas que privam crianças, jovens e adultos de uma educação inclusiva, como políticas linguísticas para combater a exclusão ou estratégias que visam a eliminação de barreiras de custos. Mas serão estas estratégias suficientes?

No âmbito do estágio em análise, surge, também, a seguinte questão: será que existem, em Portugal, propostas de estratégias ou políticas para a inclusão destes estudantes no ES? Ou será que este papel é desempenhado pelas ONGDs?

5. SER MAIS VALIA - ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA A CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

A Ser Mais Valia – Associação de Voluntariado para a Cidadania e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como ONGD pelo Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Rege-se por valores de solidariedade e promoção e defesa dos direitos humanos, tendo sempre em vista o alcance dos ODS. Cabe destacar que esta associação é inteiramente constituída por voluntários com mais de 55 anos, que integram projetos de cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente nas áreas de educação, saúde e cidadania, em Portugal, nos PALOP e noutros países.

A SMV foi fundada a 30 novembro de 2016 com o objetivo de dar continuidade ao bem-sucedido projeto piloto “Mais Valia”, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian. Por um lado, o “Mais Valia” visava colmatar a ausência de oferta de voluntariado dirigido à faixa etária acima dos 55 anos e, por outro, responder às necessidades de recursos humanos com competências e de reforço das ONGDs, particularmente, aquelas que atuavam nos PALOP. Assim, foi criada uma bolsa de voluntários composta por cidadãos, com idade superior a 55 anos das mais diversas áreas profissionais, disponíveis para integrar voluntariamente missões de curta duração no estrangeiro (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). Esta bolsa foi, então, adotada pela SMV e, presentemente, os seus voluntários dão apoio a projetos de cidadania e de ajuda ao desenvolvimento, tanto nacionais, como é o caso do “*Mentoring Ser Mais Valia*” e do “Bairro em Movimento”, como internacionais, isto é, as missões nos PALOP.

Assim, a missão da SMV passa por “Desenvolver um projeto de solidariedade social e realização de cooperação que integre e aproveite as capacidades e competências de cidadãos com mais de 55 anos, propiciando-lhes atividades em regime de voluntariado em Portugal, nos PALOP ou noutros países” (Ser Mais Valia, 2022b: online).

Sendo uma associação sem fins lucrativos, a sua estrutura organizacional é constituída pela Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal. Além disso, agrega 6 grupos de trabalho: o grupo de comunicação, o grupo de formação, o grupo de literacia digital, o grupo “EscritAfricando”, o grupo de projetos e o grupo de avaliação,

organismos fundamentais para a produção de conhecimento necessária à ação da SMV. De referir, que o estágio realizado se enquadra no grupo de projetos, nomeadamente no subgrupo do projeto “*Mentoring SMV*”. Finalmente, a SMV dispõe ainda de um Secretariado, uma estrutura de apoio essencial à organização e gestão documental da SMV.

Para desenvolver as suas atividades, a ONGD conta com a receita proveniente de joias e quotas dos associados, com o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, os financiamentos decorrentes de candidaturas para integração da SMV em novos projetos, com donativos e outras receitas.

Em termos de transparência, a SMV disponibiliza, anualmente, um relatório de atividades e prestação de contas no seu site, onde constam os resultados de todos os projetos, atividades e campanhas executados, a análise da exequibilidade de projetos e atividades previstos e não concretizados, as parcerias estabelecidas, bem como as receitas e despesas ocorridas durante o ano, devidamente acompanhadas pelas demonstrações financeiras. Desde 2020, a SMV tem vindo a formular um modelo próprio de avaliação interna, que segue os princípios de uma avaliação de autodiagnóstico. Em entrevista, Edite Morujão, membro do grupo de avaliação, revelou que os objetivos deste modelo passam por “primeiro, conhecermo-nos, sabermos onde é que estamos e, depois, definir onde queremos estar e como é que lá chegamos”. Ainda assim, a SMV tem aderido aos questionários e respetiva análise das ferramentas de avaliação *Herramienta de Transparencia y Buen Gobierno* e Mecanismo de Prestação de Contas Transparentes, com vista a detetar o que ainda pode ser melhorado na organização. De momento, o grupo de avaliação encontra-se não só a desenvolver o modelo de avaliação da organização, como também se prepara para realizar um autodiagnóstico com o objetivo de implementar o Código de Conduta proposto pela Plataforma Portuguesa das ONGDs.

De salientar, que nestes quase 6 anos, o crescimento da SMV tem sido notório, contando com 4 projetos nacionais implementados, 55 missões realizadas, 85 voluntários de diferentes áreas e 16 parcerias. No computo geral, a sua ação contribui ainda para pelo menos 7 dos ODS (2, 3, 4, 5, 8, 10, e 17) estabelecidos na Agenda 2030.

5.1. Projetos

Atualmente, a SMV está presente em Portugal e nos PALOP, tendo projetos nacionais, como o “*Mentoring SMV*”, o “Bairro em Movimento”, o “EscritAfricando” e o “PeA - Português em Ação” e projetos internacionais, que são, no seu todo, as missões dos voluntários nos PALOP. Este relatório foca-se nos projetos nacionais em que estive envolvida durante o período de estágio, ou seja, o “*Mentoring SMV*” e o “Bairro em Movimento” e dará a conhecer um pouco sobre as missões.

5.1.1. Projetos Nacionais

5.1.1.1. *Mentoring Ser Mais Valia*

O projeto “*Mentoring Ser Mais Valia*”, lançado em 2017 e ainda hoje vigente, “nasce da necessidade de apoiar, em Portugal, estudantes oriundos dos PALOP, de outros países ou nacionais, no desenvolvimento do seu percurso académico no ES, na sua autonomia e inserção nos diferentes contextos da sociedade portuguesa” (Ser Mais Valia, 2021d: 1).

Assim, através da partilha, os chamados “mentores”, provenientes da bolsa de voluntários e, com competências e conhecimentos diversificados, apoiam estudantes de diferentes universidades portuguesas, em variadas esferas, entre elas, a académica, a social, a cultural, entre outras. Paralelamente, os “amigos do *Mentoring*”, que apoiam os estudantes em necessidades específicas, o Conselho Consultivo, estabelecido por antigos estudantes que integraram o projeto, a Assessoria Externa, responsável pelo aconselhamento, formação de mentores e avaliação do projeto, e a Coordenação do *Mentoring SMV* contribuem, de diferentes formas, para a promoção do bem-estar dos estudantes e do seu desenvolvimento académico e pessoal. Deste modo, todos os recursos humanos envolvidos no projeto cooperam entre si, tendo em comum um único objetivo final, isto é, a integração plena dos estudantes na sociedade portuguesa, fator esse, que a SMV considera determinante para a obtenção de resultados académicos, desenvolvimento pessoal e autonomia dos estudantes.

O “*Mentoring SMV*” assenta, essencialmente, em três eixos de intervenção, definidos com base em objetivos específicos: o acolhimento e apoio aos estudantes, caracterizado pelo apoio aos estudantes na sua inserção nos diferentes contextos da sociedade portuguesa; o acompanhamento e desenvolvimento do “*Mentoring SMV*”, marcado pela formação contínua de mentores, pela promoção de encontros regionais e

nacionais entre mentores e estudantes e pela avaliação do projeto; e a advocacia social, determinante no estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação entre a SMV e outras instituições para a inserção académica e sócio cultural dos estudantes e na emissão de pareceres sobre dificuldades detetadas e seu encaminhamento para as entidades competentes/envolvidas.

Portanto, o “*Mentoring SMV*” enquadra-se na prosseguição da Agenda 2030, nomeadamente, do ODS 4 – “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e do ODS 10 – “Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

5.1.1.2. Bairro em Movimento

O projeto “Bairro em Movimento” resulta da cooperação entre a SMV e a Associação Moinho em Movimento. Criada por um grupo de jovens da comunidade local, esta associação tem como objetivo, o desenvolvimento a nível social e cultural da comunidade do bairro Moinho das Rolas, em Porto Salvo, no concelho de Oeiras (SMV, 2021c).

Na sua génese, o projeto, inicialmente, designado por “Mulheres Africanas”, prosseguia um só propósito, apoiar a população mais envelhecida do bairro, providenciando aulas de leitura e escrita para a alfabetização, promovendo a mobilidade através de aulas de movimento/dança e propiciando a iniciação à literacia digital através do manuseamento e utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Atualmente, o projeto “Bairro em Movimento” engloba não só a vertente “Mulheres Africanas”, como conta com outras duas vertentes, a “Literacia Digital” e “Da Horta para o Prato”. Na vertente “Literacia Digital”, que ainda está em fase de planeamento, procura-se preparar jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico para uma era cada vez mais digital, enquanto, na vertente “Da Horta para o Prato”, recentemente premiada por um financiamento da Caixa Geral de Depósitos, o Prémio Caixa Social, há duas grandes metas a alcançar após a montagem de uma cozinha operacional: a confeção de refeições comunitárias para apoiar as famílias mais carenciadas da comunidade, bem como a realização de atividades diversas sobre cozinha, nutrição, alimentação e saúde. Mas, com a “Da Horta para o Prato” almeja-se ainda implementar uma horta comunitária e, por conseguinte, utilizar os alimentos resultantes desta horta na confeção de refeições, envolvendo ativamente a população do bairro nestas

atividades. Assim, o “Bairro em Movimento” não inclui apenas a melhoria das condições pessoais e do bem-estar da população jovem ou da população envelhecida, abrange toda a população do bairro, capacitando-a em áreas específicas.

Neste sentido, o “Bairro em Movimento” está em harmonização com três dos ODS da Agenda 2030, o ODS 2 – “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”, o ODS 5 – “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas” e o ODS 10 - “Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países”.

5.1.2. Projetos Internacionais – Missões

Os projetos/missões realizados pelos voluntários da SMV são, no fundo, a continuidade do projeto “Mais Valia”, já referido anteriormente. Em geral, as missões têm a duração máxima de 2 meses por voluntário e têm como principal objetivo “capacitar os recursos locais, com respeito pelos seus valores e cultura, tentando garantir a sustentabilidade dos projetos” (SMV, 2022b: online). As áreas de intervenção são a educação, a saúde, a cidadania e o desenvolvimento.

Os projetos/missões de cooperação surgem como resposta a solicitações de diversas instituições – educacionais, hospitalares, ONGDs, entre outras, localizadas nos PALOP. Numa primeira fase, a fase de diagnóstico, a SMV analisa as propostas e verifica, por um lado, se as necessidades apresentadas são passíveis de serem colmatadas através da realização de ações de voluntariado em missões de curta duração e, por outro, se há garantia de sustentabilidade futura, ou seja, analisa se o reforço que se pretende dar a estas instituições não criará situações de dependência ou de substituição. Adicionalmente, a SMV verifica se “existe coerência entre a ação proposta e os eixos de intervenção da SMV” (SMV, 2021a: 3) e, em caso positivo, é concebido um projeto de cooperação.

Na segunda fase, a fase de planeamento da intervenção, estrutura-se o projeto/missão, que deve identificar, claramente, os objetivos, os destinatários, as atividades, a metodologia, a afetação de recursos e o período de implementação. A próxima fase passa, exatamente, por apresentar a proposta de projeto/missão realizada à Direção da SMV, para aprovação.

No caso de se avançar com o projeto/missão, garantido o funcionamento, inicia-se a fase de implementação e monitorização, onde é estabelecido um protocolo com o(s)

parceiro(s) e se selecionam, tendo por base o perfil de competências que cada organização procura, o(s) voluntário(s) disponível/eis na bolsa de voluntários. Ainda antes da partida para o destino de missão, a SMV é responsável por preparar o(s) voluntário(s) para a sua missão, realizando uma formação que os dota de conhecimentos do terreno, da instituição e dos destinatários com que irão trabalhar. Durante a missão, os voluntários são acompanhados pelo parceiro local e coordenador do projeto da SMV, que acompanha a execução da ação planeada, sendo responsáveis por irem transmitindo o desenvolvimento da missão à SMV.

No final da missão, realizar-se-á a avaliação da mesma, não esquecendo que, “Há que ter em conta a eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade das ações realizadas” (SMV, 2021a: 4). Os voluntários, à chegada, fazem um balanço com a direção e elaboram um relatório que servirá de ferramenta de avaliação e de análise da missão.

Deste modo, também as missões estão presentes na corrida à Agenda 2030, mas cada qual impacta diferentemente os diversos ODS, dado que nem todas abrangem a mesma área. Tipicamente, estas enquadram-se com os seguintes ODS: 3 – “Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, 4 - “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, 5 - “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, 8 – “Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”, 10 – “Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países”, e 17 – “Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”.

6. ESTÁGIO

No decurso do estágio na SMV, tive oportunidade de compreender, efetivamente, o funcionamento e estrutura organizacional de uma ONGD e adquirir uma noção mais clara de como se aplica, na prática, a ajuda ao desenvolvimento das ONGDs. Acompanhei e conheci os diferentes grupos da SMV e fui enquadrada no grupo de projetos, o que me permitiu explorar os projetos, tanto nacionais, como internacionais, que a SMV tem vindo a desenvolver até aos dias de hoje. Dentro do grupo de projetos, fui inserida, particularmente, no projeto “*Mentoring SMV*”, onde desenvolvi a maioria das atividades que me foram atribuídas.

6.1. Atividades Desenvolvidas

Após conhecer a estrutura organizacional do “*Mentoring SMV*”, quais os seus objetivos e princípios orientadores e em que eixos intervém, tal como me inteirar do plano de atividades previsto para o ano letivo 2021/2022, dediquei-me, inicialmente, à construção de uma base de dados, que absorvesse toda a informação acerca de serviços e recursos de apoio académico e social existentes nos diferentes estabelecimentos de ensino. Esta base de dados, já completa, permite ao grupo coordenador do “*Mentoring*” partilhar, com os mentores, informação pertinente acerca da faculdade, universidade e/ou politécnico na/no qual o(s) seu(s) estudante(s) se inserem e, por conseguinte, auxiliar a inclusão dos estudantes no meio académico. Por exemplo, caso um estudante necessite de alojamento, na base de dados, o mentor encontra informação relativa às residências universitárias disponíveis por aquela/e universidade ou politécnico e como, a partir dos serviços de ação social, o estudante poderá ter acesso a uma residência.

Seguindo a mesma ótica de disponibilização de informação, criei um Manual de Acolhimento Cultural, destinado aos estudantes oriundos dos PALOP, que acarreta três propósitos: propiciar indicações aos estudantes para que cheguem melhor preparados a Portugal, fornecendo orientações dedicadas ao clima e roupas a usar em cada estação do ano ou instruções relativas à moeda, entre outras; dar a conhecer a cultura portuguesa, como os monumentos a explorar ou os pratos a não perder; e, por fim, demonstrar que existe cultura africana em Portugal, divulgando restaurantes e bares africanos e grupos de estudantes dos PALOP. Este manual visa facilitar a integração dos estudantes na sociedade portuguesa, assim como lhes permite sentirem-se mais perto de casa.

Paralelamente, fui ainda responsável pela recolha e organização de informação referente a bolsas que podem apoiar os estudantes provenientes dos PALOP no ES português.

Adicionalmente, participei na formação “Mentoria”, proporcionada aos mentores da SMV, que tinha como principais finalidades compreender o verdadeiro sentido e valor de mentoria e os princípios e valores associados à mesma, bem como depreender o que significa ser mentor e quais as características inerentes a este. Durante as 4 sessões, fui gratulada com inúmeras partilhas e experiências que me demonstraram a motivação e alegria de cada voluntário/mentor da SMV.

Todos os anos, o grupo coordenador do “*Mentoring SMV*” organiza encontros regionais e, por vezes, também nacionais, cujo as principais finalidades são a troca de experiências e aprendizagens, a construção de pontes e canais de comunicação entre os diversos mentores e estudantes, bem como a partilha de perspetivas de ações futuras (SMV, 2021b). No decorrer do estágio, tive o privilégio de participar em dois dos encontros, a 5 de março, em Coimbra e a 19 de março, em Lisboa. Em ambos os encontros, ouvi atentamente os testemunhos emotivos sobre as dificuldades e os sucessos de diferentes estudantes e mentores e presenciei a criação de laços e trocas de aprendizagens entre estudantes e entre mentores. Através destes encontros, identificaram-se novos temas de advocacia social nos quais a SMV e, evidentemente, os responsáveis do projeto “*Mentoring SMV*” podem atuar: a sensibilização junto do ES português para que seja promovida, nas várias cadeiras, a formação de grupos de trabalho mais inclusivos, isto é, que sejam constituídos por portugueses, estrangeiros e representativos da demografia de cada turma e a sensibilização junto dos departamentos internacionais das associações académicas para as dificuldades de integração que os estudantes dos PALOP enfrentam.

Por último, no que respeita ao meu envolvimento no projeto “*Mentoring SMV*”, juntamente com o grupo coordenador, realizei uma análise de todos os eixos do projeto a fim de definirmos qual o contributo do projeto para a Agenda 2030. Concluímos que, além do ODS 4, o projeto ainda contribui para o ODS 10. Esta análise tinha como objetivo final suportar a candidatura de financiamento do projeto ao Instituto Camões.

Complementarmente, tive o prazer de acompanhar o trabalho de terreno dos voluntários do projeto “Bairro em Movimento”, nomeadamente, as aulas de literacia

digital da vertente “Mulheres Africanas” e a candidatura de financiamento à Caixa Social para a cozinha para a vertente “Da Horta para o Prato”.

Finalmente, pude observar parte do processo desenvolvido aquando da formação da missão “Apoio para a promoção de um ensino de qualidade no Centro de Formação Profissional da AJOLF de São Tomé e Príncipe”. Neste caso concreto, a missão tinha como principal objetivo “Contribuir para um ensino de qualidade no Centro de Formação Profissional/AJOLF através da consolidação do projeto educativo/formativo das áreas de organização e gestão da administração pública, gestão de empresas e instituições.” (SMV, 2022a: 2). Deste modo, primeiramente, as voluntárias da SMV deslocaram-se até São Tomé e Príncipe para lecionarem e reforçarem as competências dos técnicos do Centro de Formação Profissional/AJOLF e dos formadores e estudantes do último ano dos cursos de Administração Pública e de Gestão de Empresas, nas áreas específicas de Organização e Gestão. Posteriormente, de forma a terminarem a sua formação, os técnicos do Centro de Formação Profissional/AJOLF chegaram a Portugal. Durante este período de formação em Portugal, tive oportunidade de participar nas diferentes sessões formativas e me enquadrar do funcionamento de uma organização sem fins lucrativos em São Tomé e Príncipe.

De destacar, que ao longo do estágio, tive o prazer de trabalhar com voluntários seniores. Ainda que o fosso entre as nossas idades e as diferentes gerações em que crescemos fosse uma constante, a sabedoria, a experiência e a empatia destes voluntários para comigo, permitiram-me uma fácil adaptação e integração à organização. Desta divergência, também resultou uma maior partilha de conhecimentos em diversas áreas, quer fosse história, cooperação, tecnologia ou outras.

Similarmente, os conhecimentos teóricos de cooperação e desenvolvimento, adquiridos durante o MDCl, foram fundamentais para uma melhor perceção daquilo que a SMV tem vindo a realizar ao longo dos tempos. Por exemplo, o desenvolvimento dos projetos/missões em muito se assemelha à abordagem do enquadramento lógico estudada na cadeira de elaboração, execução e avaliação de projetos de desenvolvimento. No fundo, o estágio na SMV complementou, na prática, os conhecimentos teóricos apreendidos ao longo do MDCl.

6.2. A importância do projeto “Mentoring Ser Mais Valia”

Infelizmente, tal como apontado nos estudos de Doutor & Alves (2020), Duque (2012), Pinto & Matias (2018), Pacheco (2000), Pires (2000) e Wilks & Neto (2016), os estudantes provenientes dos PALOP continuam a defrontar-se com inúmeras dificuldades ao ingressarem em Portugal, especialmente, no ES. Além do fraco domínio da língua portuguesa, das lacunas derivadas da sua formação anterior, da ausência de estruturas de apoio em Portugal e da carência de apoio financeiro, já mencionadas pelos autores, durante a realização de entrevistas e das atividades do estágio em análise, foram notórias tantas outras dificuldades. Por exemplo, o racismo; a dificuldade em fazer amizades; a chegada tardia a Portugal, porque não lhes foi concedido visto para se deslocarem mais cedo e, por consequência, acresce-se a dificuldade em acompanhar as matérias já lecionadas; o desconhecimento do que caracteriza Portugal (por exemplo, a moeda, o clima, etc); a carência de informação sobre o curso e respetiva faculdade onde serão inseridos; a escassa compreensão da língua inglesa e de tecnologias de informação; o fraco conhecimento de métodos, técnicas de estudo e elaboração de trabalhos científicos; e, nos últimos 2 anos, as dificuldades provocadas pelas restrições impostas pelo COVID-19.

Ora, o Estado português vê o apoio ao setor da educação como uma prioridade crucial no estabelecimento de políticas de cooperação com os PALOP e, até é, sobre o ES, que recai grande parte da APD portuguesa, nomeadamente na concessão de numerosas bolsas de estudo para a frequência de licenciaturas, pós-graduações, mestrados e doutoramentos em instituições portuguesas (Costa, 2013; IPAD, 2010). De acordo com Costa (2013), o programa de bolsas tem, efetivamente, registado avanços significativos em torno do sistema de seleção de estudantes, acompanhamento dos mesmos e disponibilização da regulamentação e informação acerca das bolsas. De realçar, a facilitação no preenchimento de burocracias e a criação da loja de atendimento ao bolseiro, tal como do manual de acolhimento ao bolseiro da cooperação do Instituto Camões.

Mas, perante as dificuldades que os estudantes originários dos PALOP enfrentam, serão o programa de bolsas, a loja de atendimento e o manual de acolhimento ao bolseiro e, até mesmo, as políticas e os programas sugeridos pelo Marco de Ação da Educação 2030 suficientes para integrar estes estudantes no ES português?

Será que os estudantes oriundos dos PALOP conseguirão completar a sua formação e regressar ao seu país com o objetivo de participar no desenvolvimento socioeconómico do mesmo com o que lhes é oferecido? Wilks & Neto (2016), Lucas et al (2014), Pinto & Matias (2018) e Pires (2000) defendem que é impreterível colocarmo-nos no lugar destes estudantes, perceber as suas necessidades e criar estratégias que facilitem a sua integração social e cultural, tal como a sua adaptação académica; a imposição do ODS 4 revela que, em 2015, a educação inclusiva, de qualidade e equitativa ainda estava longe de ser alcançada; o Marco de Ação da Educação 2030 ressalva que garantir a igualdade e a inclusão na e ao longo da educação é inadiável (UNESCO, 2016: 30). Portanto será que cursos intensivos de língua portuguesa, inglesa e informática, apoio na reestruturação do currículo do Ensino Secundário nos PALOP, cooperação na formação de professores ao nível do Ensino Secundário e protocolos com OSCs que se preocupam em apoiar os estudantes oriundos dos PALOP e facilitar a sua integração em Portugal não poderiam ser algumas das estratégias a adotar pelo Estado português?

Complementarmente, como citado no capítulo 3, é necessário que todos os *stakeholders* unam esforços em prol da educação inclusiva. Tendo em vista o âmbito do estágio em análise, questionei-me quantas das ONGDs portuguesas, que atuam na esfera da educação e estão inscritas na Plataforma Portuguesa das ONGDs, trabalham com estudantes do ES. Após esta análise, apercebi-me que das 64 ONGDs inscritas na Plataforma Portuguesa das ONGDs, 51 ONGDs atuam no setor da educação, mas apenas 6 trabalham com o ES e só metade destas intervêm na integração de estudantes no ES e em Portugal: a AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global, com o projeto “NEAR – NEWly ARrived in a common home”, a Fundação Cidade de Lisboa, com o projeto “Colégio Universitário da Cooperação - Nuno Krus Abecasis” e a SMV, com o projeto “*Mentoring* Ser Mais Valia”. De entre os 3 projetos, somente o “*Mentoring* SMV” dedica um apoio especializado a cada estudante, atribuindo-lhe um mentor.

Implementado há 5 anos, o projeto “*Mentoring* SMV”, apresentado no capítulo anterior, tenta colmatar a falta de apoios que os estudantes provenientes dos PALOP sentem. O “*Mentoring*” apareceu inicialmente como resposta às necessidades sentidas pelos estudantes bolseiros guineenses, que beneficiavam do projeto “*Kripor*”, na sua chegada a Portugal. Este projeto visava a capacitação destes estudantes em língua

portuguesa através da organização e desenvolvimento de cursos intensivos. Durante a realização do projeto/missão, os voluntários da SMV aperceberam-se das dificuldades e preocupações que os estudantes já sentiam na Guiné-Bissau e de como a sua adaptação seria difícil, em Portugal. Após chegarem a Portugal, alguns estudantes contactavam os voluntários para que estes os pudessem ajudar e, a partir daí, nasceu o projeto “*Mentoring SMV*”.

Atualmente, além destes estudantes, o “*Mentoring SMV*” acolhe qualquer estudante estrangeiro que se encontre a estudar no ES português, principalmente, estudantes provenientes dos PALOP. Tendo apenas 5 anos de existência e estando no início do seu processo de avaliação, ainda é difícil determinar o impacto do projeto nas vidas destes estudantes e no mundo do desenvolvimento. Mas, quando questionados, muitos dos estudantes referem que não sabem como teriam ultrapassado determinadas dificuldades sem o seu mentor: Silver menciona, inclusive, que “Se não fosse o “*Mentoring*”, eu já tinha desistido da universidade” e para Domingos, o “*Mentoring*” é bastante útil: “É um projeto que nos acompanha desde Bissau, ajuda na nossa formação, adaptação académica e influencia a nossa adaptação em Portugal.”.

De extrema relevância, é o inegável crescimento do “*Mentoring SMV*” ao longo do tempo, nomeadamente no número de recursos humanos (RH) envolvidos (Tabela 2). Se no primeiro ano de vida, o projeto abarcou apenas 6 estudantes, no último ano letivo (2021/2022), abrangeu 10 vezes mais estudantes, 63. Em 2020/2021, já com estudantes formados, a SMV reconheceu a importância de criar o conselho consultivo, que representa e age pelos estudantes, assim como constituir a assessoria externa, que traz um olhar exterior ao projeto. Em virtude da progressão do projeto, foram ainda estabelecidas colaborações entre a SMV e as universidades/politécnicos, de modo a que se pudesse dar um apoio mais sustentado aos estudantes.

**Tabela II - Evolução dos RH envolvidos no projeto “*Mentoring Ser Mais Valia*”,
por ano letivo**

Ano Letivo	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
RH					
Estudantes	6	17	35	46	63
Mentores	10	10	20	30	30
Amigos do <i>Mentoring</i>	1	3	9	14	29
Conselho Consultivo	-	-	5	5	5
Assessoria Externa	-	-	-	1	1
Total RH	17	30	69	96	128

Fonte: Ser Mais Valia (2021d) [Acesso em: 2022/06/15].

6.3. A contribuição da Ser Mais Valia para a Agenda 2030

A SMV, enquanto ONGD, desempenha tanto atividades de prestação de serviços, como atividades de advocacia em diversos setores, destacando-se o setor da educação, nomeadamente no ES e na educação de adultos. Embora a ajuda prestada por esta organização ainda não seja clara no mundo do desenvolvimento, a SMV tem o potencial de canalizar a sua ajuda ao desenvolvimento diretamente para os beneficiários dos diferentes projetos. Esta característica das ONGDs foi partilhada no capítulo 2 e, assinalada por Riddell (2007), por se diferenciar da ajuda prestada pelos governos.

Ainda no mundo do desenvolvimento, a SMV procura integrar os seus projetos na persecução da Agenda 2030. Ora, tendo em conta os projetos em que estive envolvida, analiso a cooperação desta organização para com os ODS.

De facto, através do “*Mentoring SMV*”, a SMV luta por uma educação inclusiva, mas é sobretudo na promoção da inclusão social e académica dos estudantes que o projeto intervém e, por esse motivo, ainda que indiretamente, a SMV não contribui apenas para o Marco de Ação da Educação 2030 e para as metas 4.4. – “Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” e 4.7. – “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,

inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e da não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” do ODS 4; mas, também para as metas 8.6. – “Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação” do ODS 8 e 10.2. – “Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra” do ODS 10.

No que respeita ao “Bairro em Movimento” e englobando as suas três vertentes, a SMV atua no âmbito da educação de jovens e de adultos, nomeadamente, a meta 4.4. - “Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática” do ODS 4; da nutrição, em particular, a meta 2.1. - “Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano” do ODS 2; da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres, especificamente, as metas 5.4. – “Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais” e 5.b. – “Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres” do ODS 5; e, finalmente, da inclusão social, concretamente, a meta 10.2. – “Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra” do ODS 10.

Em suma, o foco da SMV incide, essencialmente, sob o ODS 4, dado que todos os seus projetos nacionais e uma excelente quota-parte dos projetos internacionais operam no setor da educação, embora abranjam metas diferentes.

7. CONCLUSÃO

Concluindo, apesar das críticas que ainda prevalecem acerca das ONGDs, governos dos países de rendimento mais baixo, assim como doadores oficiais contam cada vez mais com a ajuda prestada pelas mesmas (Riddell, 2007). Gradualmente, a ajuda do desenvolvimento promovida pelo mundo das ONGs e OSCs tem vindo a ganhar espaço no grande mundo do desenvolvimento, nomeadamente, na esfera da educação, onde as ONGDs já acumulam uma imensa variedade de atividades de prestação de serviços, advocacia e fortalecimento de comunidades.

Como apontado no Marco de Ação da Educação 2030 (UNESCO, 2016), a educação inclusiva é chave para se alcançar o desenvolvimento sustentável e, por isso, todos os *stakeholders* da sociedade têm um papel preponderante na aproximação ao ODS 4, particularmente, as ONGDs. Naturalmente e, porque a primeira grande meta estabelecida neste ODS se foca no alcance global do ensino primário e secundário⁵, há uma maior prevalência das ONGDs nestes níveis de ensino, tal como na educação de adultos. Ainda assim, em Portugal, há 6 ONGDs que prestam serviços no ensino terciário (Plataforma Portuguesa das ONGDs, 2022).

Face ao crescente número de estudantes originários dos PALOP no ES português, e na falta de estruturas de apoio que facilitem a integração dos mesmos no ES, em Portugal, a ONGD SMV criou o projeto “*Mentoring SMV*”. Deste modo, dentro da capacidade da SMV, todos os estudantes provenientes dos PALOP, que desejem ser abraçados por este projeto, têm um mentor que os acompanha no seu percurso em Portugal. Embora o impacto do projeto ainda não tenha sido estudado, a verdade é que cada vez mais estudantes usufruem do mesmo e, durante a minha envolvimento neste projeto, não ouvi senão testemunhos positivos acerca da importância do “*Mentoring*” na integração dos estudantes.

Contudo, continua a ser crucial criar estratégias e delinear planos que vão além do estabelecimento de acordos de cooperação entre países. As sugestões do Marco de Ação da Educação 2030 apresentadas são já um ponto de partida, mas não suficientes, visto que não respondem a muitas das necessidades dos estudantes oriundos dos PALOP.

⁵Meta 4.1.: “Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” (ODS, 2022).

Finalizando, todos os objetivos propostos, inicialmente, para a realização do estágio na SMV foram amplamente alcançados, dotando-me de conhecimentos de carácter prático que não são transmitidos pelo mestrado. Com este estágio, compreendi como se organizam as pequenas ONGDs, como são necessários esforços de todos os *stakeholders* envolvidos na organização e como funciona a dinâmica subjacente às candidaturas de financiamentos. No exercício deste relatório, alarguei conhecimentos referentes à ajuda do desenvolvimento promovida pelo mundo das ONGs e OSCs, bem como à Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, temas pouco aprofundados durante o mestrado. Mas, se há aspeto que está bem presente nestes dois campos da prática e da teórica, é o reconhecimento da importância da parceria entre todos os países e *stakeholders* a fim de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

Entrevistas realizadas a Edite Morujão, Domingos Gomes e Silver da Silva.

Abiddin, N. Ibrahim, I. & Aziz, S. (2022). Non-Governmental Organisations (NGOs) and Their Part towards Sustainable Community Development, *Sustainability* 2022, 14 (8), 4386, 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14084386>.

AIDGLOBAL (2022). *NEAR – NEwly ARrived in a common home*. Disponível em: https://aidglobal.org/project/near_amif/ [Acesso em: 2022/08/03].

Antoninis, M. Delprato, M. & Benavot, A. (2016). Inequality in Education: the challenge of measurement. In ISSC, the Institute of Development Studies (IDS) & UNESCO (Ed), *World Social Science Report 2016 - Challenging Inequalities: Pathways to a Just World*, Paris: ISSC & UNESCO, 63-67.

Assembleia Geral das Nações Unidas (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.

Baccaro, L. (2001). Civil Society, NGOs, and Work Policies. In Baccaro, L. (Eds.), *Discussion Papers Series No. 127*, Genebra: International Institute for Labour Studies.

Bartenev, V. & Glazunova, E. (2013). Development Assistance: Definition, Actors, Modalities. In Banco Mundial (Eds.), *International Development Cooperation: Set of Lectures*, Moscovo: Banco Mundial, 63-85.

Banco Mundial (2014). *Education for All*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/education/brief/education-for-all> [Acesso em: 2022/08/02].

Banks, N. & Hulme, D. (2012). The Role of NGOs and Civil Society in Development and Poverty Reduction, *SSRN Electronic Journal*, 1-39. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2072157>.

Beyer, C. (2007). Non-Governmental Organizations as Motors of Change, *Government and Opposition*, 42 (4), 513–535. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2007.00216.x>.

Brundtland, G. (1987). Chairman's Foreword; Towards Sustainable Development. In Brundtland, G. (Eds), *Our Common Future - Report by the World Commission on Environment and Development*, Oxford: Oxford University Press, 5-9 e 41-59.

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (2022a). *Camões, Instituto da Cooperação e da Língua*. Disponível em: <https://www.camoes.pl/sobre-nos/> [Acesso em: 2022/09/06].

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (2022b). *História do Instituto*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia> [Acesso em: 2022/09/06].

Costa, A. (2013). Cooperação, Ensino Superior e Desenvolvimento: Portugal e os PALOP. In Centro de Estudos Africanos – IUL (Eds.), *CEI-CLN – Capítulos de livros nacionais*, Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 168-181.

Doutor, C. & Alves, N. (2020). Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português: Conquistas e Desafios Académicos, *Laplage em Revista*, 6 (1), 47-60. Disponível em: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220202061719>.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2022). *Vagas e Inscritos (inclui inscritos em mobilidade internacional)* [Base de dados]. Disponível em: <https://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/> [Acesso em: 2022/07/04].

Duque, E. (2012). Representações e Expetativas dos Estudantes Universitários dos PALOP. In *VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação*, 19 a 22 junho 2012, 1-14.

Edwards, M. & Hulme, D. (1996). Too close for comfort? The impact of official aid on nongovernmental organizations, *World Development*, 24 (6), 961-973. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00019-8](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00019-8).

Fowler, A. (2012). “Development NGOs”, in Edwards, M. (Eds.), *The Oxford Handbook of Civil Society*, Oxford: Oxford University Press, 42-54.

Fundação Cidade de Lisboa (2022). *Colégio Universitário da Cooperação - Nuno Krus Abecasis*. Disponível em: <https://www.fundacaocidadedelisboa.pt/pt/intervencao-iniciativas-projetos/projetos-em-curso/colégio-universitario-da-cooperacao.html> [Acesso em: 2022/08/03].

Fundação Calouste Gulbenkian (2015). *Mais Valia: Voluntariado em Cooperação e Desenvolvimento para maiores de 55 anos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gali, Y. & Schechter, C. (2020). NGO involvement in education policy - principals' voices, *International Journal of Educational Management*, 34 (10), 1509-1525. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220620.2021.1957792>.

Global Reporting Initiative, Pacto Global da ONU & World Business Council for Sustainable Development (2015). *SDG 4: Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all*. Disponível em: <https://sdgcompass.org/sdgs/sdg-4/> [Acesso em: 2022/07/06].

Hoff, L. & Hickling-Hudson, A. (2011). The role of International Non-Governmental Organisations in promoting adult education for social change: A research agenda, *International Journal of Educational Management*, 31 (2), 187-195. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2010.03.005>.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010). Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/arquivo-sobre-nos/cooperacao-arquivo/estrategia-para-a-cooperacao-portuguesa-arquivo>.

JOINT – Liga de ONGs em Moçambique (2022). *ONGs nacionais que atuam no país* [Base de dados]. Disponível em: <https://www.joint.org.mz/base-de-dados/outros> [Acesso em: 2022/09/07].

Koch, D. Dreher, A. Nunnenkamp, P. & Thiele, R. (2009), Keeping a low profile: what determines the allocation of aid by non-governmental organizations?, *World Development*, 37 (5), 902-918. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1109101>.

Lucas, M. Rego, C. Ramos, I. Carvalho, M. & Batazar, M. (2014). Ensino Superior e Mobilidade de Estudantes da CPLP em Portugal. Uma Estratégia de Internacionalização?. In *4ª Conferência FORGES (Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa)*, Universidade Agostinho Neto, Luanda e Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Lubango, 19 a 21 Novembro 2014, 1-13.

Miller-Grandvaux, Y. Welmond, M. & Wolf, J. (2002). *Evolving Partnerships: The Role of NGOs in Basic Education in Africa*. Washington, D.C.: Agency for International Development (IDCA).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e o BCSO Portugal*. Disponível em: <https://www.ods.pt/> [Acesso em: 2022/07/06].

Organização das Nações Unidas (2022a). *Reaching SDG 4: The necessary contribution of NGOs*. Disponível em: <https://untoday.org/reaching-sdg-4-the-necessary-contribution-of-ngos/> [Acesso em: 2022/07/20].

Organização das Nações Unidas (2022b). *The role of NGOs in attaining the SDGs*. Disponível em: <https://untoday.org/the-role-of-ngos-in-attaining-the-sdgs/> [Acesso em: 2022/07/20].

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2016). Visão, fundamentação e princípios e Objetivo, abordagens estratégicas, metas e indicadores. In UNESCO (Eds.), *Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*, Paris: UNESCO, 24-56.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2021). Provision e Technical, vocation and adult education. In UNESCO (Eds.), *Global Education Monitoring Report 2021/2: Non-state actors in education: Who chooses? Who loses?*, Paris: UNESCO, 29-62 e 181-200.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (2022). *Development Assistance Committee (DAC)*. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/development-assistance-committee/> [Acesso em: 2022/09/06].

Pacheco, N. (2000). Do Confronto de Culturas às Relações Interculturais. *Revista Educação, Sociedade e Culturas* 13, 119-139. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/?q=publication/revista-educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas/edition/educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas-13>.

Pessoa, I. (2004). Estudantes do Espaço lusófono nas universidades portuguesas. *Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa: Janusoline*. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/2004/2004_2_14.html.

Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (2022). *Lista de ONGD Associadas*. Disponível em:

<https://www.plataformaongd.pt/quem-somos/ongd-associadas/lista-de-ongd-associadas?page=3> [Acesso em: 2022/08/03].

Pinto, P. & Matias, A. (2018). Trovoada de ideias - Português académico para estudantes dos PALOP. In Furtoso, V. (Eds.), *Anais do Simpósio Internacional SIPLE 2017*, Lisboa: SIPLE - Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, 362-370.

Pires, H. (2000) Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português: do acesso à progressão, *Revista PSICOLOGIA*, 14 (2), 149-157. Disponível em: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.507>.

Riddell, R. (2007). A good thing?; The origins and early decades of aid-giving; Aid-giving from the 1970s to the present; NGOs in development and impact of discrete NGO development interventions; The wider impact of non-governmental and civil society organizations. In Riddell, R. (Eds.), *Does foreign aid really work?*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1-76 e 259-310.

Rose, P. (2009). NGO provision of basic education: alternative or complementary service delivery to support access to the excluded, *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 39 (2), 219-233. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03057920902750475>.

Sachs, D. & McArthur, J. (2005). The Millennium Project: a plan for meeting the Millennium Development Goals, *The Lancet*, 365, 347–353. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)17791-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)17791-5).

Sachs, D. (2012). From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals, *The Lancet*, 379, 2206-2211. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0).

SDG Compass (2022). *Learn More About the SDGs*. Disponível em: <https://sdgcompass.org/> [Acesso em: 2022/07/06].

SDG Index 2022 Portfolio (2022). *Overall Performance SDG 4*. Disponível em: <https://sdsn.maps.arcgis.com/apps/instant/portfolio/index.html?appid=95add4dadb6d446d9a2a794e76df3359> [Acesso em: 2022/07/23].

Ser Mais Valia (2021a). *Guia de Procedimentos do Grupo de Projetos da Ser Mais Valia*.

Ser Vais Valia (2021b). *Plano de Atividades “Mentoring Ser Mais Valia” 2021/2022*.

Ser Mais Valia (2021c). *Projeto “Bairro em Movimento”*.

Ser Mais Valia (2021d). *Projeto “Mentoring Ser Mais Valia”*.

Ser Mais Valia (2022a). *Relatório de Missão “Apoio para a promoção de um ensino de qualidade no Centro de Formação Profissional da AJOLF de São Tomé e Príncipe”*.

Ser Mais Valia (2022b). [online]. Disponível em: <https://sermaisvalia.org/> [Acesso em: 2022/08/03].

SOLIDAR (2019). *The Sustainable Development Goals in brief: A Handbook for NGOs working in the area of economic & social rights*, Bruxelas: SOLIDAR.

Symaco, L. (2016). Education and NGOs: Introduction. In Symaco, L. (Eds.), *Education and NGOs*, Londres: Bloomsbury Publishing, 1–12.

Vakil, A. (1997). Confronting the classification problem: toward a taxonomy of NGOs, *World Development*, 25 (12), 2057-2070. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)00098-3](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00098-3).

Wegner, R. (1993). The role of NGOs in development cooperation: Some Notes on Empirical Research Findings, *Intereconomics*, 28 (6), 285–292. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02926215>.

Wilks, D. & Neto, F. (2016). Exploring the adaptation experiences of Cape Verdean, *International Journal of Educational Research*, 76, 66-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2016.01.002>.

ANEXOS

Anexo 1. Documento utilizado para o consentimento de entrevistas

Consentimento Informado

O presente relatório de estágio é realizado pela aluna Patrícia São José, mestranda em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISEG – Lisbon School of Economics and Management. Este relatório servirá como trabalho final de mestrado e permitirá, à aluna, obter o grau de mestre. A orientação é de responsabilidade do Professor Luís Mah que, caso necessário, poderá ser contactado pelo e-mail luismah@iseg.ulisboa.pt.

Declaro ter compreendido os objetivos explicados pela aluna e ter tido a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre este relatório e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que aceito ser entrevistado/a/participar neste relatório. Fui informado/a que a minha participação é voluntária, tendo escolhido livremente participar, e posso, a qualquer momento, interromper a participação sem ter de prestar qualquer justificação.

Confirmo que fui informado/a de que a utilização das informações por mim prestadas obedecerá às normas éticas de investigação, respeitando o Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa e o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

A minha colaboração consiste numa entrevista semiestruturada a ser gravada após a assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O acesso e a análise dos dados coletados serão permitidos apenas à aluna e ao orientador. Entendo que trechos da minha entrevista podem ser citados no relatório final de estágio que estará disponível publicamente e em formato digital na biblioteca do ISEG.

(Local)

(Data)

(Assinatura do investigador)

(Assinatura do participante)